

RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.161 - SP (2013/0396374-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : AFONSO DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ ROXO FERREIRA LIMA E OUTRO(S) - SP156748
RECORRIDO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : CARLOS NARCY DA SILVA MELLO - SP070859
LUCAS DE MELLO RIBEIRO E OUTRO(S) - SP205306

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por AFONSO DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP).

Cuidam os autos, na origem, de ação indenizatória proposta por AFONSO DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA contra ITAÚ UNIBANCO S.A, cujo pedido foi julgado improcedente, conforme sentença às fls. 105/108.

Diante disso, AFONSO DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA interpôs apelação, a qual foi desprovida pelo eg. TJ-SP, nos termos do v. acórdão, assim ementado:

"Cheque - Endosso - Possibilidade de aposição por representante de pessoa jurídica de direito público interno - Inexistência de ofensa a interesse público - Poder que decorre da própria legitimidade de movimentação de conta-corrente - Legitimidade necessária à atuação do órgão público no mercado - Irrelevância de eventual inexistência de norma legal conferindo expressamente esses poderes ao servidor público - Possibilidade de aposição do endosso por servidor público diverso do prefeito - Impossibilidade da prática de todos os atos da administração por uma única pessoa.

Cheque - Endosso - Possibilidade - Ausência de cláusula não à ordem - Inteligência dos artigos 8º, 17, 20 e 22 da Lei 7.537/85 - Dever da instituição financeira de verificar a regularidade da cadeia de endossos que não representa um dever de conferir a autenticidade das assinaturas - Inteligência do artigo 39 da Lei 7.537/85 - Inexistência de irregularidade na conduta do apelado. Ação improcedente - Apelação desprovida." (fl. 167)

Inconformado, AFONSO DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

manejou recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação dos arts. 8º, 17, 20, 22 e 39 da Lei n.º 7.357/85.

Contrarrazões às fls. 234/239.

É o relatório. Decido.

No apelo nobre que pretende trânsito, sustenta-se que os entes públicos não podem endossar títulos de crédito, tendo em vista que, à luz do princípio da legalidade, só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza. Nessa parte, o recurso não merece conhecimento, pois o recorrente não apontou os dispositivos correlatos que tenham sido supostamente ofendidos pelo v. acórdão recorrido. Com efeito, é uníssono o entendimento desta Corte Superior no sentido de que a alegação genérica no recurso especial atrai, por analogia, a Súmula 284/STF. Nessa mesma linha de intelecção os julgados a seguir:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. VÍCIOS NO IMÓVEL. COBERTURA CONTRATUAL. PROVA. VALORAÇÃO. PRETENSÃO. REEXAME. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ. PREQUESTIONAMENTO. ART. 1.025/CPC. PREQUESTIONAMENTO FICTO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2. INVIABILIDADE. MULTA. DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 284/STF. NÃO PROVIMENTO.

(...)

4. A ausência de indicação, associada às razões pelas quais assim entende a parte, do dispositivo legal tido por violado atrai o enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 377.471/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 04/09/2017, g.n.).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. 1. CÁLCULO DA VERBA INDENIZATÓRIA. MODIFICAÇÃO DAS CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. 2. DIVIDENDOS. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. 3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...)

2. Quanto aos dividendos, não tendo a recorrente indicado, nas

razões do apelo nobre, nenhum dispositivo legal supostamente contrariado pelo acórdão recorrido ou objeto de interpretação divergente pelos tribunais, tem incidência a Súmula n. 284 do STF.

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 824.605/RS, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 05/04/2016, g.n.).

Noutro vértice, o recurso merece acolhimento quanto aos arts. 8º, 17, 20 e 39 da Lei n. 7.357/85. Sob as referidas violações, afirma-se que a instituição financeira teria sido negligente ao não conferir a legitimidade do endossante, em especial porque o cheque foi emitido nominalmente ao Município. O eg. TJ-SP, por seu turno, destacou que a instituição financeira não deve verificar a autenticidade das assinaturas, mas apenas a regularidade da cadeia de endosso. Para fins demonstrativos, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual:

"Os títulos de crédito emitidos pela apelante não continham, expressamente, a cláusula 'não à ordem', razão , pela qual, nos termos do artigo 8º da. Lei 7.537/85, assume-se que. o emitente do cheque permitiu que o pagamento fosse realizado à pessoa nele nomeada, ou a qualquer outro que esta apontasse como legítimo portador do título. Vale dizer, o artigo 17 do mesmo diploma legal é claro ao estabelecer que o cheque nominal, com ou sem cláusula expressa 'à ordem', é transmissível por via de endosso, que transmite todos os direitos resultantes do título (artigo 20, Lei 7.537/85).

Pois bem. Não tendo a apelante consignado nos cheques a cláusula 'não à ordem', os títulos eram plenamente transmissíveis por via de endosso, transmitindo-se ao endossatário todos os direitos resultantes dos cheques. Em sendo assim, qualquer portador dos cheques emitidos pela apelante que se apresentasse perante a instituição financeira poderia sacar o Valor nele consignado, desde que comprovada sua posse por uma série ininterrupta de endossos (artigo 22, Lei.7.537/85).

Ao receber o cheque das mãos do portador, a instituição financeira tem o dever de verificar, a regularidade da série de endossos, mas não se obriga pela verificação da autenticidade das. assinaturas dos endossantes- conforme dispõe o artigo. 39 da Lei 7.537/85. Vale dizer, o banco somente se responsabiliza, pela regularidade formal da cadeia de endossos, pela existência de uma série ininterrupta que culmine no portador do título, mas não pode ser responsabilizado por eventual fraude nas assinaturas constantes

da série de endossos.

Não se Vislumbrando qualquer falsificação evidente na série de endossos existente nos cheques apresentados para pagamento, não se pode imputar ao apelado qualquer responsabilidade pelos danos sofridos pela apelante."

(fls. 169/170)

Com efeito, a regularidade do endosso a ser observada pelo banco sacado, com base no art. 39 da Lei 7.357/85, não exime a Instituição Financeira apresentante de também verificar a validade da cadeia de endossos. De tal modo, cabe à instituição financeira apresentante a constatação de que, sendo o cheque nominal depositado em conta de particular correntista, destinado à Fazenda Pública para quitação de tributo municipal, não seria possível seu endosso, independentemente de a assinatura ser ou não autêntica, pois sabidamente as despesas públicas têm seus pagamentos realizados por via de empenho (Lei 4.320/64, arts. 58 e seguintes), exigindo formalidades que não admitem transmissão de cheques de terceiro contribuinte por via de simples endosso.

A propósito, confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL E EMPRESARIAL. TÍTULO DE CRÉDITO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. PAGAMENTO DE TRIBUTO ESTADUAL. CHEQUE NOMINAL E CRUZADO DESTINADO À FAZENDA PÚBLICA. ENDOSSO IRREGULAR. DEPÓSITO EM CONTA BANCÁRIA DE TERCEIRO, MEDIANTE FRAUDE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE OS BANCOS SACADO E APRESENTANTE (LEI 7.357/85, ART. 39). CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA (SÚMULAS 43 E 54 DO STJ). SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. OCORRÊNCIA. ART. 21 DO CPC. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Nos termos do art. 39 da Lei do Cheque, de n. 7.357/85, a regularidade do endosso deve ser verificada não só pelo banco sacado, mas também pelo banco apresentante do título à câmara de compensação. Trata-se de responsabilidade solidária pela regularidade da cadeia de endossos.

2. Na hipótese, cabia à instituição financeira apresentante a constatação de que, sendo o cheque nominal e cruzado depositado em conta de particular correntista, emitido em favor da Fazenda Pública para quitação de tributo estadual, não seria possível seu endosso, independentemente de a assinatura no verso da cártula ser ou não autêntica, pois sabidamente as

despesas públicas têm seus pagamentos realizados por via de empenho (Lei 4.320/64, arts. 58 e seguintes), exigindo formalidades que não admitem transmissão de cheques de terceiro contribuinte por via de simples endosso.

3. A verificação de culpa por parte de preposto da autora, contribuinte emitente do cheque, depende do reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada pela Súmula 7/STJ.

4. Tratando-se de responsabilidade extracontratual, os juros de mora devem incidir a partir do evento danoso (Súmula 54/STJ), e a correção monetária, da data em que houve o efetivo prejuízo (Súmula 43/STJ).

5. Configuração de sucumbência recíproca, pois não houve procedência do pedido em relação ao ressarcimento da multa de 80% do valor do tributo devido, cobrada pelo fisco estadual.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, em parte, provido." (REsp 701.381/MT, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2012, DJe 02/05/2012, g.n.)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMERCIAL. CHEQUE. ENDOSSO. REGULARIDADE. LEGITIMIDADE DO ENDOSSANTE. ÔNUS. BANCO INTERCALAR. SÚMULA N. 83-STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. 'O banco apresentante do cheque à câmara de compensação tem o dever de verificar a regularidade da sucessão dos endossos. Deve, pois, tomar a cautela de exigir prova da legitimidade do endossante, como, por exemplo, cópia do contrato social da empresa, quando o título for nominal a pessoa jurídica.' (EResp 280285/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/06/2003, DJ 28/06/2004, p.182)

2. ***Tratando-se de autarquia pública (INSS) a suposta endossante do cheque emitido nominalmente e com o fim de pagamento de contribuições sociais, cabia à instituição financeira certificar-se de que o subscritor do endosso possuía poderes para tanto, sem o que sua negligência a responsabiliza pela fraude ocorrida.***

3. ***Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento."***

(EDcl no Ag 1.172.728/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, DJe de 16/11/2011, g.n.).

"DIREITO COMERCIAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CHEQUE. PAGAMENTO INDEVIDO A TERCEIRO. ACEITAÇÃO DE FALSO ENDOSSO. ART. 39 DA LEI N.º

7.357/85 (LEI DO CHEQUE). DANOS AO CLIENTE TITULAR DO CHEQUE. RESPONSABILIDADE DO BANCO. PRECEDENTE DA SEGUNDA SEÇÃO. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO IMPRESCINDÍVEL PARA SUA APLICAÇÃO. MANUTENÇÃO PRECEDENTES DA SEGUNDA SEÇÃO.

- O banco que recebe o cheque endossado está obrigado a verificar a regularidade da série de endossos, aí incluído a legitimidade dos endossantes. Precedente da segunda seção.

- Uma das funções precípua de um banco é o cuidado com os valores e documentos de seus clientes, por isso os cheques destes devem ser manejados com extremo cuidado pelo banco.

- A exemplo de protesto indevido de título, a autuação fiscal de empresa, com suspeita de sonegação fiscal e fraude decorrente da falsificação de guias de recolhimento de tributos, por culpa do banco que não efetua corretamente o pagamento de tributo devido ao Fisco, é causa de abalo à imagem da empresa perante o mercado.

- A jurisprudência das Turmas que compõem a 2.^a Seção, quanto à imposição da multa do art. 538, parágrafo único do CPC, reputa imprescindível a fundamentação do juízo condenatório.

Recurso especial não conhecido." (REsp 605.088/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/9/2005, DJ de 3/10/2005, p. 243, g.n.)

Assim, nesse ponto, o recurso especial merece acolhimento a fim de reconhecer a responsabilidade da instituição financeira, ora recorrida, ao não verificar os poderes do subscritor do endosso em nome da Fazenda Pública municipal.

Devido à procedência do pedido, deve-se determinar o retorno dos autos ao eg. Tribunal estadual para apurar eventuais danos sofridos pelo recorrente, tendo em vista que essa matéria é eminentemente fática e probatória e, portanto, não é passível de análise nesta eg. Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI-STJ, dou parcial provimento ao recurso especial para reconhecer a responsabilidade da instituição financeira, ora recorrida e, assim, determinar o retorno dos autos à origem para apurar eventuais danos sofridos pelo recorrente.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator